



A FAMÍLIA SCOLARI SOMOS TODOS NÓS

Questões de identidade brasileira na Copa de 2002.

Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo

PPG Ciências da Comunicação - Unisinos

Introdução

Pouco depois da vitória da seleção brasileira sobre a Alemanha, na final da Copa de 2002, várias das passarelas de pedestres que transpõem a BR116 em Canoas, município da região metropolitana de Porto Alegre, foram pintadas de amarelo com frases em letras verde-escuro: “O Rio Grande Já Sabia”; “O Brasil Tem Seleção”; “O Mundo Tem Pentacampeão”; “Canoas Tem Felipão” e “A Família Scolari Somos Todos Nós”. Cada uma destas frases permite ser pensada em termos de categorização de pertencimento, acionando um determinado componente identitário em contraposição a outro, seja ele “gaúcho” em oposição ao “brasileiro”, “brasileiro” em oposição ao “resto do mundo”, “Canoas” (onde Luis Felipe mora com a família) em oposição às outras cidades brasileiras (em especial Porto Alegre), e, o mais intrigante: a inclusão indeterminada promovida pela primeira pessoa do plural, na frase “A Família Scolari Somos Todos Nós”. “Nós” quem? Canoenses? Gaúchos? Brasileiros? Seres Humanos? Uma vez que o termo “família Scolari”, empregado pelo comentarista Tostão (Folha de S. Paulo, 7/5/02, pág. D1), para descrever a seleção brasileira que, sob o comando de Luis Felipe, iria disputar a Copa do Mundo de 2002, a extensão da categoria “membro da Família Scolari” a “todos nós” promove uma inclusão indiscriminada, incluindo todos aqueles que se considerarem “um dos nossos”.

Tal exemplo aponta com clareza para a complexidade das questões identitárias associadas à participação deste time especial de futebol, a “seleção brasileira”, neste torneio de futebol especial, a “Copa do Mundo”, participação cujos “fatos” colaboram para definir consensualmente o Brasil como “O País do Futebol” (ver, neste sentido, Gastaldo, 2000 e Helal, 2001).



Este trabalho se propõe a refletir sobre a complexa relação entre futebol e identidade brasileira a partir de sua manifestação/atualização midiática, tomando o caso da Copa de 2002 como um exemplo, uma ilustração de uma problemática histórica, a da construção social de uma “identidade” ou “caráter nacional” no Brasil. O caso escolhido para análise acrescenta um outro elemento igualmente complexo a esta problemática: a relação periferia x centro entre o Rio Grande do Sul e o “centro do País”, nomeadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Tal conflito, que historicamente se manifestou em vários conflitos armados, como, entre outros, a Guerra dos Farrapos (1835-45), a Revolução de 1930 ou a Crise da Legalidade (1961), perpassa o imaginário social brasileiro, refletindo-se na cultura brasileira em geral e de modo particularmente acentuado na cultura gaúcha, estabelecendo uma oposição identitária entre “gaúchos” e “brasileiros”, como se a primeira categoria não fosse subsumida à segunda, mas hierarquicamente colocada em igualdade. O campo esportivo, entendido como campo simbólico de manifestação de elementos da cultura, reflete e atualiza este conflito, como no histórico jogo entre “seleção brasileira x seleção gaúcha”, ocorrido em 1972 e analisado por Guazzelli (2002).

Como fato cultural da maior importância na cultura brasileira contemporânea, o futebol tem sido apontado como um dos principais elementos geradores de identidade nacional no Brasil, o que pode ser inferido pelo epíteto hoje tradicional, “O País do Futebol”. Assim, o futebol jogado no Brasil é reinterpretado segundo os códigos da cultura brasileira, dotando-o de significados que ultrapassam as estritas linhas do campo de jogo. Como ressalta Simoni Guedes (1998), há uma relação de ordem metonímica entre a “seleção brasileira” e o “povo brasileiro”, reforçada pelo discurso da imprensa esportiva.

O terceiro termo da problemática a ser abordada diz respeito justamente à mediatização dos eventos esportivos, processo social de articulação de significados que, em nossa sociedade, produz definições da realidade acerca dos fatos esportivos, colaborando de modo ativo no estabelecimento e manutenção de significações culturais acerca destes fatos. Este processo de articulação de significados torna o discurso midiático um importante elemento de produção e reprodução de cultura em nossa sociedade.



A “IMPrensa DE CHUTEIRAS”

O discurso da imprensa esportiva, no contexto mais geral da produção discursiva jornalística, possui particularidades que acredito ser importante especificar. Em primeiro lugar, o discurso da imprensa esportiva refere-se a um conjunto de fatos considerados ‘menores’: os fatos do jogo, que segundo Huizinga (1971) se opõem à ‘seriedade’ da vida cotidiana, ao mundo sério do trabalho, da economia e da política. Os fatos esportivos pertencem à esfera do entretenimento, da distração, a uma hierarquização ‘secundária’ em relação às editoriais mais ‘nobres’ do jornalismo, e isto se reflete na produção discursiva do jornalismo esportivo. A subjetividade do enunciadador-jornalista esportivo é menos regulada institucionalmente do que em outras editoriais – um cronista esportivo ‘torcer’ por um time em seu texto é muito menos grave do que um editor de política por um candidato ou partido, por exemplo (Gastaldo, 2000). Inclusive, eventuais rasgos de passionalidade na definição da realidade proposta por um jornalista esportivo são mesmo parte formadora deste gênero literário/jornalístico, como nas célebres crônicas esportivas de Nelson Rodrigues (ver neste sentido, José Carlos Marques, 2000) ou, em um exemplo gaúcho, as colunas de Kenny Braga e Paulo Santana em Zero Hora.

Não obstante o rebaixamento da importância da editoria de esportes no contexto jornalístico, a apropriação midiática dos fatos esportivos constitui-se em um fenômeno de audiência constante na mídia brasileira, o que revela, se não sua ‘importância’ como tema jornalístico, pelo menos sua relevância como fato social. Por exemplo, o recorde de participação na audiência da Rede Globo foi recentemente superado em um horário improvável: 6 da manhã, devido à transmissão exclusiva do jogo de futebol Brasil x China, na última Copa do Mundo. Na Copa de 1998, não foi diferente, exceto pelo fato de cinco emissoras abertas terem transmitido o evento: na média, as emissoras somadas transmitiram as partidas da seleção brasileira para 94% dos televisores ligados no país a cada jogo (fonte: Ibope). A menor exigência de ‘objetividade’ de um jornalista esportivo faz com que os discursos da imprensa esportiva sejam mais passíveis de manifestação de elementos simbólicos da cultura na qual se inserem – machismo, racismo e outros preconceitos, inclusive – permitindo pensá-los como um interessante ‘ponto de observação’ acerca da definição de imaginários simbólicos em nossa sociedade pela mídia. Neste sentido, pode ser



estendida a reflexão de Luiz Gonzaga Motta (1997: 318) acerca do *fait divers*, quando ele sugere que a construção da notícia “vai muito além dos fatos, envolve a arbitrariedade da criação pessoal do repórter , transcende mesmo a atividade jornalística para chegar até os mitos da sociedade”. Esta opinião é compartilhada por Traquina (2001: 86-7), que, ao referir-se ao paradigma que ele denomina ‘etnoconstrucionista’ (fusão entre etnometodológico e construcionista), entende as notícias como “narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um *saber de narração*” (2001: 86). Desta forma, acredito que a investigação da apropriação midiática dos fatos esportivos referentes à Copa do Mundo de 2002 nas páginas da imprensa esportiva de diferentes regiões do Brasil constitui um interessante fenômeno discursivo a ser investigado, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do papel da mediatização na relação do futebol com a cultura brasileira, bem como das definições da identidade nacional brasileira sustentadas nestes discursos.

A seguir, discuto alguns fundamentos históricos e teóricos que servem como ‘pano de fundo’ para a questão em foco neste trabalho, a saber, a apropriação midiática de elementos da cultura brasileira contemporânea e a ‘definição de realidade’ proposta no discurso da imprensa esportiva acerca dos atributos constituintes de um ‘ser brasileiro’ a partir da cobertura da Copa do Mundo de 2002.

PENSANDO O QUE É “SER BRASILEIRO”: O PROBLEMA DO CARÁTER NACIONAL

Segundo Dante Moreira Leite(1992), o termo “caráter nacional” se refere a um conjunto de características ou traços psicológicos comuns a indivíduos da mesma nação, uma espécie de somatório de características psicológicas coletivas. A origem dessa noção está relacionada com a constituição da identidade de diferentes grupos sociais em contato, com um forte acento de etnocentrismo.

Apesar das origens da noção de caráter nacional serem muito antigas, este termo só passa a ser utilizado em sentido estrito a partir do final do século XVIII, com a formação dos Estados Nacionais. As teorias do caráter nacional encontram uma espécie de “apogeu” entre o fim do século XIX e o início do século XX, influenciadas pelas idéias evolucionistas e racistas então em voga. A “pureza racial” seria, segundo este pensamento, responsável pela evidente “superioridade” dos povos europeus diante dos povos de “raças inferiores” (todos os



grupos não-caucasianos). A hereditariedade e o princípio darwiniano da “sobrevivência do mais apto” foram invocados para justificar a exploração colonial europeia (ou de elites locais vinculadas cultural e economicamente às antigas metrópoles) e a escravidão dos povos nativos da África, Ásia e América: tudo era apenas uma questão de “seleção natural”.

Durante quase trinta anos, a análise teórica da questão da existência ou não de “caráteres nacionais” permaneceu relativamente apagada. É uma discípula de Boas, a antropóloga americana Ruth Benedict, quem vai lançar uma nova luz sobre o tema, em 1934, no livro *Patterns of Culture*. Nesta obra, Benedict une antropologia e psicologia, ao estabelecer relações gerais entre os conceitos de cultura e personalidade, utilizando categorias psicológicas para compreender a cultura de coletividades. Segundo esta autora, existe uma interconexão entre a cultura de um grupo e a personalidade dos indivíduos que o compõem, podendo ser evidenciados “padrões” (*patterns*) de conduta na cultura deste grupo que reforçam certos aspectos da personalidade de seus membros e inibem outros, contribuindo para a manutenção da configuração geral da cultura do grupo.

No Brasil, diversos autores abordaram o tema da atribuição de “características” que comporiam um “caráter nacional brasileiro”, a partir de pressupostos e pontos de vista bastante diversos. Euclides da Cunha (s/d), no clássico “Os Sertões”, coloca no tópico “O Homem” algumas questões sob o ponto de vista da etnologia de fins do século XIX. A partir da noção de “raça”, ele tenta explicar o surgimento do “sertanejo”, a partir do esquema em voga na época (1902), relacionando raça e ambiente, supondo, para um futuro longínquo, o surgimento de uma “raça nacional”.

Nos anos 30, Gilberto Freyre (1973), em *Casa Grande & Senzala*, descreve a sociedade brasileira a partir da instituição da família patriarcal nos latifúndios açucareiros do nordeste. Para ele, o caráter do povo brasileiro poderia ser explicado através do processo de miscigenação racial, mesclando as características psicológicas de negros, índios e brancos. Freyre, aluno de Franz Boas nos Estados Unidos, assim como Margaret Mead e Ruth Benedict, foi pioneiro ao estabelecer uma primeira abordagem culturalista na representação da sociedade brasileira.

A cultura brasileira, segundo Freyre, surge na interação entre dois mundos: o mundo da “casa grande” e o da “senzala”, sugerindo uma “integração na divisão” que



permanece presente ao longo de sua obra, como em *Sobrados e Mucambos* ou no inacabado *Jazigos e Covas Rasas*. Nesse sentido, Renato Ortiz (1994) considera o estrondoso sucesso do livro de Gilberto Freyre como o resultado de fatores internos e externos ao livro. Internamente, *Casa Grande & Senzala* ressemantiza a questão do chamado “mito das três raças”, trocando o enfoque racista (de evidente negatividade), onde uma “pureza racial” estava sendo perenemente perdida com a mestiçagem, por outro culturalista, no qual se desenha uma positividade, na medida em que cada grupo étnico “acrescenta” sua contribuição ao “ser brasileiro”. Com esta operação epistemológica, a “mistura das raças” pode passar a ser vista como algo valorizado positivamente. Às ambigüidades existentes nas tentativas racistas de explicar o Brasil, Freyre opõe a integração das diferenças, unindo “casas grandes” e “senzalas”. Nos termos de Ortiz, o livro de Freyre

possibilita a afirmação inequívoca de um povo que se debatia ainda com as ambigüidades de sua própria definição. Ele se transforma em unicidade nacional. Ao retrabalhar a problemática da cultura brasileira, Gilberto Freyre oferece ao brasileiro uma carteira de identidade.(1994: 42)

Como circunstância exterior a *Casa Grande & Senzala*, o Brasil vivia em 1933 uma transformação de seu perfil político-econômico: transformava-se rapidamente em um país industrializado, governado por um Estado fortemente centralizador, a quem a ideologia da “integração nacional” servia perfeitamente como paradigma cultural para justificar ações políticas. Como ressalta Ortiz, a evidente oposição entre a nostalgia do patriarcado rural açucareiro de Freyre, com poder eminentemente regional, e o modelo urbano-industrial com poder centralizado do Estado Novo de Getúlio Vargas não foi percebida, ou, se foi, acabou sendo harmonizada como mais uma “integração das diferenças” constituinte da “identidade nacional”. A interpretação de Gilberto Freyre foi de tal modo incorporada na cultura brasileira, que desdobramentos do “mito das três raças” e da concepção do Brasil como “democracia racial” estão presentes até hoje no discurso midiático acerca da “identidade brasileira” relacionada ao futebol.

Após a Segunda Guerra Mundial, a divisão política do mundo em dois blocos ideológicos e a criação de várias “nações” artificiais (como a Iugoslávia e a Alemanha Oriental, por exemplo), desvinculadas da existência de uma cultura nacional ajudaram a diminuir progressivamente a importância da noção de caráter nacional no campo científico.



Após a derrocada do mundo comunista, simbolizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, o processo de globalização econômica que vinha se configurando desde algum tempo antes provocou (quase como uma espécie de “para-efeito”) um ressurgimento de nacionalismos fundados na etnicidade, além de fundamentalismos religiosos e outros “localismos”. Assim, nesta perspectiva, surge a possibilidade de um pluralismo étnico, no qual as diferentes etnicidades não se ligam necessariamente a um território ou Estado nacional.

Assim, neste começo de século, reacende-se a questão do caráter nacional, sob uma nova perspectiva: não mais como uma possibilidade de herança racial ou padronização cultural, mas como sinal diacrítico de identidade étnica, uma espécie de “demarcador de diferença” de um grupo para com os “outros”. Não obstante, essa assinalação de diferença se dá segundo uma lógica de integração a um sistema transnacional e globalizante, algo como “ser diferente para ser igual”. O repertório de características que comporia um “caráter” ou “identidade” nacionais transita pela sociedade, sob a forma de um universo simbólico de representações culturais, sendo acionado em situações de interação com um “outro”, com relação a quem “nos” definiremos por contraste. Entretanto, a apropriação ideológica de aspectos deste universo por parte do Estado ou de empresas, veiculadas pela mídia, coloca sob suspeição a autenticidade destas características. Concordo com o ponto de vista de Ortiz (1994: 138-9), quando ele afirma ser a “identidade nacional” o resultado de uma relação política, uma “construção de segunda ordem”, apropriação ideológica do “popular” por parte do Estado. Tal aspecto ideológico associado à noção de “identidade nacional” não implica, entretanto em negar que, uma vez que os atributos e valores que são eleitos para compor esta “identidade” são aceitos, reconhecidos e ritualizados no campo social, eles passem a ter “eficácia”, produzindo ações, conseqüências e “materialidade, mesmo que simbólica”, como ressaltam Gordon e Helal (1999: 160). Assim, considero que seja importante questionar a essencialização destes valores e atributos tomados como “inerentes” ao “ser brasileiro”, apontando seu caráter ideológico, de construção histórica e cultural apropriada pelo Estado e “naturalizada” geração após geração, mas sem desconsiderar a importância desta representação no contexto da cultura brasileira.



O FUTEBOL NA CULTURA BRASILEIRA

Mesmo sem negar que a mítica do “país do futebol” seja resultado de um processo histórico e social que não tem mais de 50 anos, este esporte é hoje um dos principais emblemas da “identidade brasileira”, juntamente com o samba e as chamadas “religiões afro-brasileiras”. Ao futebol jogado no Brasil são atribuídas características constituintes do que seria uma “identidade brasileira”, como a modalidade de conduta conhecida como “malandragem”.

Embora historicamente datados do início do processo de industrialização da sociedade brasileira, nos anos 30 e 40, os tempos da “malandragem” constituem uma espécie de “passado mítico” da cultura brasileira, sendo a figura do malandro uma espécie de “herói popular” brasileiro. Oliven (1986: 34) considera a malandragem uma “*estratégia de sobrevivência e concepção de mundo*”, através de uma recusa da disciplina (e da exploração) do trabalho assalariado. Embora o contexto histórico e social contemporâneo tenha relegado o “malandro” (de navalha, terno branco e lenço de seda no pescoço) ao passado, sua figura emblemática continua presente no imaginário da sociedade brasileira. Um dos campos onde a “malandragem” é vista essencialmente como um valor no Brasil é justamente o campo de futebol, palco de ritualizações de diversos elementos da cultura brasileira.

Para Da Matta (1982), o futebol no Brasil é uma espécie de “drama da vida social”, onde se colocam em cena questões estruturais e hierárquicas da sociedade brasileira, assim como em outros momentos igualmente ritualizados, como o carnaval e as chamadas “religiões afro-brasileiras”. Estes três elementos têm sido objeto de apropriações ideológicas diversas, no sentido de compor uma “identidade nacional”, na qual o futebol desempenha um importante papel, como princípio aglutinador do “povo brasileiro” na sua constituição como nação.

Normalmente, o interesse dos brasileiros pelo futebol encontra-se dividido em torno da regionalidade decorrente da torcida a diferentes clubes. Os clubes de futebol simbolizam um pertencimento social com características específicas, demandando dos torcedores uma lealdade por toda a vida (“*Uma vez Flamengo, Flamengo até morrer...*”). Muitas vezes, os locutores esportivos se referem à torcida de um clube como “nação” (“nação colorada”, “nação rubro-negra”, etc, de acordo com as cores do clube), ressaltando este

sentido de “comunidade reunida” em torno do pertencimento afetivo a um grupo, a um sentimento coletivo compartilhado, no caso, mediado pelo “time do coração”. Cabe ressaltar que apenas uma ínfima parte da torcida de um “time” tem um vínculo formal com o “clube”, na qualidade de “sócio”. O pertencimento a uma torcida é muito mais uma questão afetiva (frequentemente mediada na infância por relações familiares) do que uma relação institucional entre um clube e seus sócios.

Esse interesse é catalisado numa dimensão “nacional” quando está em campo a “seleção brasileira”. Este time de futebol especial realiza uma espécie de “unidade nacional”, por meio da superação das diferenças clubísticas em prol de um bem comum: o desempenho do “Brasil” perante outros “países”. Todos estes termos estão empregados no sentido metonímico que cotidianamente permeia a relação entre a “seleção nacional” e a “nação” ou o “país” (seja o “Brasil”, seja seu adversário). Boa parte da legitimação desta apropriação simbólica provém da imprensa esportiva, particularmente importante nos períodos de Copa do Mundo. Assim, é frequente que no discurso da crônica esportiva a “seleção brasileira” venha a “representar” (no sentido mais metonímico do termo) o “povo brasileiro”. Simoni Guedes ressalta esta apropriação simbólica da relação entre a “seleção brasileira” e o “povo brasileiro” por parte da imprensa esportiva:

Tratando-se da atuação da seleção brasileira de futebol, chega a ser impressionante o modo como se passa, sem nenhuma mediação considerável, da avaliação do time para a avaliação do povo. As vitórias da seleção nacional evidenciam a capacidade do povo brasileiro enquanto as derrotas são nada menos que denúncias de sua indigência. (Guedes, 1998: 20)

Em uma Copa do Mundo, os participantes não são meros times de futebol, mas “seleções nacionais”, uma espécie de “encarnação simbólica” de cada nação participante do evento. Assim, uma Copa do Mundo é muito mais do que um mero torneio de futebol: ela é uma chance de se colocar a própria nação em perspectiva comparada com o resto do mundo. Pelo menos no Brasil, a Copa é considerada o apogeu do mundo dos esportes, sendo-lhe dada mais importância social do que a própria Olimpíada: afinal de contas, quem vence a Copa é, incontestavelmente, “o melhor do mundo”.

Cabe ressaltar que houve, a partir da Copa de 1998, uma mudança sensível na definição da realidade promovida pela imprensa esportiva a respeito da transferência de



atributos da seleção brasileira para o povo brasileiro, aspecto ressaltado por Simoni Guedes. A vitória na Copa de 1994, após um longo período de 24 anos sem um título em Copas do Mundo, promoveu uma rearticulação de significados nesta relação entre a avaliação da seleção brasileira e a avaliação do povo brasileiro. A conquista do tetracampeonato mundial de futebol, isolando o Brasil de seus concorrentes diretos no número de títulos conquistados (Alemanha e Itália têm três títulos cada), representou uma espécie de “salvaguarda” contra a derrota. Tal significado teve um enorme incremento a seu favor com a vitória brasileira na Copa de 2002, justamente sobre um dos concorrentes diretos pelo maior número de títulos em Copas do Mundo, a Alemanha. Se o Brasil houvesse perdido, hoje teríamos dois tetracampeões no mundo; vencendo, o Brasil isolou-se de seus oponentes por dois títulos, vantagem que pode perdurar por décadas, sustentando ainda mais o sentido de “perenidade” do estatuto brasileiro de “País do Futebol”.

A homogeneização promovida por uma definição unitária e integradora do “ser brasileiro” oculta conflitos decorrentes de particularidades sociais, étnicas e regionais. Como resalta Ortiz (1984), a eleição quase “oficial” de símbolos da cultura brasileira durante o primeiro governo de Vargas (1930-1945) elevou elementos da cultura negra – como o samba, as religiões afro-brasileiras e, de modo crescente após os anos 30, o futebol – à condição de emblemas da cultura brasileira, em prejuízo dos grupos negros, que viram “suas” manifestações culturais se tornarem manifestações culturais “do Brasil”. No caso do futebol, é notável o livro hoje clássico de Mário Rodrigues Filho (1964), “O Negro do Futebol Brasileiro”, cuja primeira edição foi publicada em 1947, na qual, a partir de uma inspiração nitidamente freyreana – Gilberto Freyre, a propósito, assina o prefácio – é apresentada uma versão “heróica” da participação dos jogadores de futebol negros contra seus “inimigos”, os jogadores da elite branca e racista no futebol brasileiro. A tese de Mário Filho é de que, ao abrir suas portas à participação dos negros, o futebol jogado no Brasil se tornou o “futebol brasileiro”, fundando um “estilo brasileiro” – que seria chamado, anos mais tarde, de “futebol-arte” –, derivado direto da “democracia racial” preconizada por Freyre. O livro de Mário Filho, como “Casa Grande & Senzala”, veio a se tornar parte de um discurso



dominante sobre o futebol no Brasil, embora não seja isento de questionamentos no campo acadêmico.¹

No que concerne às particularidades regionais subsumidas sob o emblema unificador da “cultura brasileira”, considero importante destacar o papel de contraponto aos símbolos desta cultura por parte da “cultura gaúcha”, que, entre vários outros aspectos, se manifesta também nos significados articulados ao futebol, caso que analiso no tópico a seguir.

GAÚCHOS X BRASILEIROS: UM CASO DIFÍCIL

Historicamente, o Rio Grande do Sul teve uma relação particularmente tensa para com o Brasil, desde os tempos do Tratado de Tordesilhas (1494). Pelos termos do tratado, o limite sul da porção portuguesa do Novo Mundo terminaria na altura de Laguna, no litoral sul de Santa Catarina, ficando todas as terras a oeste – e ao sul – sob domínio espanhol. Assim, o território onde hoje fica o Rio Grande do Sul teve uma ocupação territorial tardia com relação a outras regiões do Brasil, situando-se nos tempos coloniais como em um território de “fronteira móvel” entre as possessões portuguesas e espanholas, variando entre o norte do RS e Buenos Aires, com intensa beligerância de parte a parte. No começo do século XVIII, a coroa portuguesa iniciou uma política de ocupação do território entre São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e a Colônia do Sacramento (hoje Uruguai). Tal política consistia em doação de terras a tropeiros e militares, que, ao invés de passar pelo território em busca de gado xucro ou de inimigos, nele se estabeleceram, criando estâncias de gado, onde a rudeza do clima e as atividades ligadas à pecuária – a cavalo – teriam dado origem a este “tipo regional brasileiro”, o “gaúcho”. Diversos elementos desta matriz histórica ainda hoje se encontram presentes como emblemas de uma “identidade gaúcha”, como pode ser inferido no seguinte trecho de Érico Veríssimo:

Pense nas duras atividades da vida campeira – laçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair da faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno – e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências algo impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica a nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivemos num permanente carga de cavalaria. (1969: 3-4)

¹ Ver, nesse sentido, o debate entre Soares (1999), Gordon e Helal (1999) e a réplica de Soares (1999a).



A alusão a um “inconsciente coletivo” – ecoando a posição culturalista de Benedict – que comporia um “caráter gaúcho” a partir de suas matrizes históricas campeiras e guerreiras, não é somente de Érico Veríssimo, ela se articula com um discurso identitário de senso comum no Rio Grande do Sul, gerando representações sociais acerca do “ser gaúcho” que, como afirma Oliven (1992: 49) “acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente”. Tais “práticas sociais do presente”, informadas por este discurso identitário manifestam-se nos mais diversos setores da sociedade gaúcha, particularmente quando em contato com brasileiros de outros estados, no que Fredrik Barth chama de “identidade contrastiva”.

O futebol, um dos grandes operadores simbólicos de identidade brasileira contemporânea, apresenta um interessante paralelo, uma espécie de “versão futebolística” da controversa relação simbólica entre Brasil x Rio Grande do Sul, cujos traços principais de identificação são apontados por Arlei Damo (2002: 132):

O gaúcho altivo, valente e destemido, o centauro dos pampas cujo mito se tornou ideologia com a atuação do MTG é também o estereótipo que orienta, ao longe, as manifestações dos torcedores e, principalmente, os discursos midiáticos.

Houve um momento histórico em que esta diferença entre província e nação se tornou explícita em um jogo de futebol: em 17 de junho de 1972, no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, 110.000 pessoas (o recorde histórico do estádio) vaiaram a seleção brasileira do começo ao fim do jogo, apoiando a “seleção gaúcha”, formada por um combinado de Grêmio e Internacional, que incluía o uruguaio Ancheta, o argentino Oberti e o chileno Figueroa entre seus titulares. O insólito e simbólico jogo se deveu a uma espécie de “desagravo” da então CBD com relação à não-convocação do jogador gremista Everaldo, único gaúcho da seleção tri-campeã do mundo em 1970. A ausência de jogadores gaúchos para disputar a “Minicopa” do Sesquicentenário da Independência suscitou revolta entre os torcedores gaúchos, revolta que se manifestou na imprensa esportiva da época, analisada por Guazzelli (2002: 67):

O deslocamento dos eventuais antagonismos e descontentamentos para o futebol faz sentido nesta conjuntura em que a noção de nacionalidade era transferida para uma Seleção campeã, símbolo de todos os sucessos do “milagre brasileiro”, síntese das palavras de ordem ufanistas que identificavam o futuro aqui e agora. O rio Grande, ao qual se negara o pertencimento a esta pátria vencedora, ia uma vez mais para a guerra contra a Corte, ali no terreno em que melhor se consolidava a imagem da nação. Contra a “pátria de chuteiras” de Nelson Rodrigues, erguia-se a “província de chuteiras”!



Tal episódio pode ser considerado exemplar de um modo de apropriação social dos fatos do futebol no Brasil, e de modo particular a relação simbólica que se estabelece “futebol gaúcho” e Rio Grande do Sul, homóloga à existente entre “seleção brasileira” e Brasil. Cabe ressaltar que o ressentimento associado a esta complicada relação entre centro e periferia não é somente de parte da imprensa gaúcha; há uma contrapartida no discurso jornalístico do “centro do país”, sob a forma de críticas com relação ao “futebol gaúcho”, entendido como desleal, violento e “europeizado”, em tudo distinto do “futebol-arte” categoria que define o “modo brasileiro” de jogar futebol. Damo (2002), analisando o discurso da imprensa esportiva brasileira com relação ao futebol gaúcho, explora esta articulação midiática entre o futebol gaúcho e o jogo violento, de marcação forte e disciplina tática, antítese do “futebol-arte”, como no trecho a seguir, do cronista Alberto Helena Jr:

O diabo é que o estilo do Grêmio me lembra sua antítese, em matéria de brilho – o drible de Garrincha. Todo mundo sabia de cor e salteado quais os movimentos que faria, sempre para a direita. E ninguém conseguia impedi-lo de repetir a jogada hipnótica e fatal (Helena Jr, FSP, 15/5/96, citado por Damo, 2002: 142)

A expressão “antítese de Garrincha”, o jogador-síntese do “futebol-arte”, dá conta de estabelecer uma distância entre o “ser brasileiro” (e ser adepto do futebol-arte e do campo semântico a ele associado) e o “ser gaúcho” (com toda sua carga de oposição ao “ser brasileiro”).

Na Copa de 2002, o técnico da seleção brasileira era justamente Luis Felipe Scolari, o técnico da equipe do Grêmio em 1995-6, treinador emblemático do “futebol gaúcho” analisado por Damo, fazendo deste caso um fenômeno particularmente interessante para estudar, dada a sobreposição de categorias relacionadas ao referente “seleção brasileira” (regional/nacional; futebol-arte / futebol-força; brasileiro/ europeu/ platino, entre outras). Em 31 de maio de 2002, dia da abertura da Copa do Mundo, por exemplo, o jornal gaúcho Zero Hora apresentou como manchete: “Começa a mais gaúcha de todas as Copas”, motivada pelo elevado número de jogadores gaúchos na equipe – além do próprio técnico.

O mesmo tema – a da seleção brasileira-gaúcha – foi abordado humoristicamente por Kledir Ramil, em artigo na revista IstoÉ de 10 de julho de 2002, no qual ele “prova” que todos os jogadores da seleção são, no fundo, gaúchos:



...Kléberson e Rogério Ceni são paranaenses, e Paraná, em tupi-guarani, quer dizer “Rio Grande”. Tá explicado. Caetano Veloso decretou há pouco que “a verdadeira Bahia é o Rio Grande do Sul”, portanto, os baianos Vampeta, Dida, Júnior e Edílson são trigaúchos. (...)

Assim, o caso da Copa de 2002, tendo em vista suas especificidades identitárias, constitui-se em uma rica fonte de dados para problematizar a estreita relação entre futebol e identidade no Brasil, um ponto de tensionamento entre lógicas identitárias diversas, e não poucas vezes contraditórias a ponto de derivarem em conflitos armados.

PARA CONCLUIR

Busquei com este trabalho levantar algumas questões sobre a construção social das “identidades brasileiras” em relação ao futebol, a partir do caso exemplar da Copa de 2002. É importante destacar o papel da mídia neste processo de constituição de identidade articulado ao futebol: embora no contexto jornalístico a editoria de esportes seja considerada uma editoria “menor”, vale lembrar que, no Brasil, a Copa do Mundo não existe a não ser como fato midiático, e que a audiência dos jogos do Brasil na Copa soma a quase totalidade dos aparelhos ligados – fato cada vez mais raro em tempos de segmentação de públicos.

As matrizes históricas das identidades regionais e nacional no Brasil sustentam valores e lógicas muitas vezes contraditórias, que encontram expressão no campo de futebol. A Copa de 2002, nesse sentido, foi notável por ter colocado no campo midiático uma composição tensa de “identidade brasileira” e “identidade gaúcha” personificada na figura do técnico Luis Felipe. Tal composição atualizou um antigo conflito entre “lógicas identitárias” distintas manifestas no futebol, como entre os chamados “futebol-arte” e “futebol-força”, entre criatividade e disciplina, de que o embate pré-Copa entre Romário x Felipão é uma boa ilustração. Assim, mais do que propor respostas, este texto se propõe a levantar perguntas. A propósito: seria a seleção pentacampeã de 2002 uma manifestação da temática freyreana da identidade brasileira como “superação das diferenças”?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEDICT, R. *Patterns of Culture*. Boston: Houghton Mifflin, 1959.

CUNHA, E. *Os Sertões*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.



- DA MATTA, R. “Esporte na Sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro” in: DA MATTA (org.) *Universo do Futebol*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.
- DAMO, A. S. *Futebol e Identidade Social – uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala – formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- GASTALDO, E. “Os Campeões do Século: notas sobre a definição da realidade no futebol-espetáculo” in: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* (22/1). Campinas: CBCE/Autores Associados, setembro de 2000.
- GORDON, C. e HELAL, R. “Sociologia, história e romance na construção da identidade nacional através do futebol” in: *Estudos Históricos* (13/23) Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GUAZZELLI, C. A. “500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da ‘província de chuteiras’”. In: *Verso e Reverso* (XVI/34). São Leopoldo: Unisinos, 2002.
- GUEDES, S. L. “O Povo Brasileiro no Campo de Futebol” in: *O Brasil no Campo de Futebol*. Rio de Janeiro: EDUFF, 1998.
- HELAL, R. “Mídia, Construção da Derrota e o Mito do Herói” in: HELAL, R., SOARES, A. J. E LOVISOLO, H. *A Invenção do País do Futebol – mídia, raça e idolatria*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- LEITE, D. M. *O Caráter Nacional Brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Ática, 1992.
- MARQUES, J. C. *O Futebol em Nelson Rodrigues*. São Paulo: EDUC, 2000.
- MOTTA, L. G. “Teoria da Notícia: as relações entre o real e o simbólico” in: MOUILLAUD, M. e PORTO, S. (org.) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- OLIVEN, R. G. “A Malandragem na Música Popular Brasileira” in: *Violência e Cultura no*



Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____ “O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória” in: *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.

ORTIZ, R. *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SOARES, A. J. “História e Invenção de Tradições no Futebol” in: *Estudos Históricos* (13/23)
Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____ “A modo de resposta” in: *Estudos Históricos* (13/23) Rio de Janeiro: FGV,
1999a.

TRAQUINA, N. *O Estudo do Jornalismo no Século XX*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

VERÍSSIMO, É. “Um romancista apresenta sua terra” in: *Rio Grande do Sul – terra e povo*.
Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.